



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Graduação
End: Av Antônio Carlos, 6627 – Reitoria – 6º andar
CEP: 31270-901 – Belo Horizonte – MG
Fone: 3409-4056 / 4057 - E-mail: info@prograd.ufmg.br

PLANO DE ENSINO

Departamento(s) Acadêmico(s) ou estrutura equivalente:		DEPARTAMENTO DIREITO PÚBLICO		
Código:	DIP230	Título da atividade acadêmica curricular (AAC)	TÓPICOS EM REDES SOCIAIS	
Cursos:	CIÊNCIAS DO ESTADO	Natureza:	() Obrigatória	(X) Optativa

Carga Horária (CH) total:	Teórica	Prática
	30H	0H

Professor(a):	DANIELA MELLO COELHO HAIKAL		
Ementa:	Administração Pública Consensual		
Objetivos:	Propiciar ao aluno o estudo sobre as transformações no âmbito do regime jurídico da Administração Pública, com ênfase, notadamente, nas relações consensuais e dialógicas. Compreender a evolução dos princípios administrativos e identificar os instrumentos de democracia participativa, de maneira a viabilizar o conhecimento do ordenamento vigente e possibilitar análise reflexiva sobre as tendências no campo das relações jurídico-administrativas.		
Conteúdo programático:	Unidade I – Consensualismo nas relações jurídico-administrativas Carga Horária: 8H 1.1. Evolução da principiologia nas relações jurídico-administrativas 1.2. Nova face da Administração Pública no século XXI BIBLIOGRAFIA ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. Mecanismos de consenso no direito administrativo. In: Aragão, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Coord.). <i>Direito Administrativo e seus novos paradigmas</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2008. BAPTISTA, Patrícia. <i>Transformação do Direito Administrativo</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2003. MOREIRA NETTO, Diogo de Figueiredo. Novas tendências da democracia: consenso e direito público na virada do século - o caso brasileiro. <i>Revista Brasileira de Direito Público - RBDP</i> , Belo Horizonte, ano 1, n. 3, p. 35-53, out./dez. 2003.		
	Unidade II – Espaço de negociação na esfera estatal Carga Horária: 8H 2.1. Consenso e legalidade 2.2. Negociação e limites de atividade administrativa Bibliografia GALIL, João Victor Tavares. Espaço de negociação no cumprimento da função estatal. <i>Revista Brasileira de Infraestrutura – RBINF</i> , Belo Horizonte, ano 8, n. 16, p. 143-160, jul./dez. 2019. OLIVEIRA, Gustavo Justino de; SCHWANKA, Cristiane. A administração consensual como a nova face da administração pública no século XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. <i>A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional</i> , Belo Horizonte, ano 8, n. 32, p. 31-50, abr./jun. 2008.		



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Graduação
End: Av Antônio Carlos, 6627 – Reitoria – 6º andar
CEP: 31270-901 – Belo Horizonte – MG
Fone: 3409-4056 / 4057 - E-mail: info@prograd.ufmg.br

SOARES, Fabiana de Menezes. Direito administrativo de participação: cidadania, direito, Estado e Município. Belo Horizonte, 1997.

Unidade III – Composição de conflitos na esfera pública

Carga Horária: 14H

3.1. Compreensão e evolução dos fundamentos da autocomposição dos conflitos na esfera pública

3.2. Diversidade dos instrumentos de composição de conflitos

Bibliografia:

BATISTA, Nadia Cristina. Mediação e arbitragem: autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 19, n. 220, p. 50-65, abr. 2020.

CANETTI, Rafaela Coutinho. *Acordo de Leniência. 2.ED.*. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

CAVALIERI, Davi Valdetaro Gomes. Governança e compliance como vetores de condução de uma Nova Administração Pública. In: DAL POZZO, Augusto Neves; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coord.). Aspectos controvertidos do compliance na Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 77-92. ISBN 978-65-5518-044-2

CUÉLLAR, Leila; MOREIRA, Egon Bockmann. Administração Pública e mediação: notas fundamentais. Revista de Direito Público da Economia – RDPE, Belo Horizonte, ano 16, n. 61, p. 119-145, jan./mar. 2018.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A arbitragem nos contratos da Administração Pública e a Lei nº 13.129/2015: novos desafios. Revista Brasileira de Direito Público – RBDP, Belo Horizonte, ano 13, n. 51, p. 59-79, out./dez. 2015.

ZENKNER, Marcelo. Sistemas públicos de integridade: evolução e modernização da Administração Pública brasileira. In: ZENKNER, Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coord.). Compliance no setor público. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 185-200. ISBN 978-85-450-0740-1.

Metodologia:

Aulas expositivas e seminários de leitura, com o propósito de possibilitar o debate, a resolução de dúvidas e os esclarecimentos das demandas dos alunos.

Estratégias e procedimentos de avaliação:

O procedimento de avaliação compreenderá três atividades:

1. Estudo dirigido do texto “Transparência e responsabilidade na gestão pública”, de Maria Coeli Simões Pires. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 81, n. 4. Belo Horizonte: out/nov/dez, 2011. A atividade valerá 30 pontos.

2. Artigo escrito sobre a temática “Consensualidade na esfera pública e instrumentos de ação”. A atividade valerá 40 pontos.

3. Apresentação de trabalho em sala de aula. A atividade valerá 30 pontos.

Tecnologias digitais utilizadas:

Indicação de leituras complementares nos sites que discutem temas relacionados à disciplina; indicação de vídeos, palestras e outros eventos que tenham pertinência com os tópicos destacados no decorrer do curso.

Bibliografia:

Bibliografia básica:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SOARES, Fabiana de Menezes. Direito administrativo de participação: cidadania, direito, Estado e Município. Belo Horizonte, 1997.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. Mecanismos de consenso no direito administrativo. In: Aragão, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Coord.). *Direito Administrativo e seus novos paradigmas*. Belo Horizonte: Fórum, 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Graduação
End: Av Antônio Carlos, 6627 – Reitoria – 6º andar
CEP: 31270-901 – Belo Horizonte – MG
Fone: 3409-4056 / 4057 - E-mail: info@prograd.ufmg.br

BATISTA, Nadia Cristina. Mediação e arbitragem: autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCGP, Belo Horizonte, ano 19, n. 220, p. 50-65, abr. 2020.

BAPTISTA, Patrícia. *Transformação do Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CANETTI, Rafaela Coutinho. *Acordo de Leniência. 2.ED.*. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

CAVALIERI, Davi Valdetaro Gomes. Governança e compliance como vetores de condução de uma Nova Administração Pública. In: DAL POZZO, Augusto Neves; MARTINS, Ricardo Marcondes (Coord.). Aspectos controvertidos do compliance na Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 77-92. ISBN 978-65-5518-044-2

CUÉLLAR, Leila; MOREIRA, Egon Bockmann. Administração Pública e mediação: notas fundamentais. Revista de Direito Público da Economia – RDPE, Belo Horizonte, ano 16, n. 61, p. 119-145, jan./mar. 2018.

GABARDO, Emerson. O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado como fundamento do Direito Administrativo Social. *Revista de Investigações Constitucionais*. Volume 4. N. 2. Maio/agosto 2017 (<https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/53437>).

GALIL, João Victor Tavares. Espaço de negociação no cumprimento da função estatal. Revista Brasileira de Infraestrutura – RBINF, Belo Horizonte, ano 8, n. 16, p. 143-160, jul./dez. 2019.

MOREIRA NETTO, Diogo de Figueiredo. Novas tendências da democracia: consenso e direito público na virada do século - o caso brasileiro. Revista Brasileira de Direito Público - RBDP, Belo Horizonte, ano 1, n. 3, p. 35-53 out./dez. 2003.

OLIVEIRA, Gustavo Justino de; SCHWANKA, Cristiane. A administração consensual como a nova face da administração pública no século XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação. A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 8, n. 32, p. 31-50, abr./jun. 2008.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. A arbitragem nos contratos da Administração Pública e a Lei nº 13.129/2015: novos desafios. Revista Brasileira de Direito Público – RBDP, Belo Horizonte, ano 13, n. 51, p. 59-79, out./dez. 2015.

PIRES, Maria Coeli Simões. Transparência e responsabilidade na gestão pública. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, v. 81, n. 4. Belo Horizonte: out/nov/dez, 2011, p. 60 -74.

SCHIRATO, Vitor Rhein. PALMA, Juliana Bonacorsi de. Consenso e legalidade: vinculação da atividade administrativa consensual ao direito. *Revista Eletrônica sobre a reforma do Estado (RERE)*, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 24, dezembro, janeiro, fevereiro, 2011 (<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-24-dezembro-janeiro-fevereiro-2011-VITOR-JULIANA.pdf>)

ZENKNER, Marcelo. Sistemas públicos de integridade: evolução e modernização da Administração Pública brasileira. In: ZENKNER, Marcelo; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de (Coord.). Compliance no setor público. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 185-200. ISBN 978-85-450-0740-1.

Referendado em ___/___/2022 pelo Colegiado do curso de Graduação em Ciências do Estado, conforme determina o inciso II do art. 4º da Resolução CEPE Nº 02/2020, de 9 de julho de 2020.